

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestar o serviço de transporte ida e volta trajeto Sinop x Cuiabá para o servidor Elias de Azevedo. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO*	QUANT
1	<i>Passagem Rodoviária Sinop/MT x Cuiabá/MT</i>	01
2	<i>Passagem Rodoviária Cuiabá/MT x Sinop/MT</i>	01

2. DA JUSTIFICATIVA DO OBJETO

Participar do curso oferece ao servidor a oportunidade de se atualizar sobre as normas e procedimentos mais recentes relacionados aos atos eleitorais. Isso é crucial para desempenhar suas funções com eficiência e precisão, tendo em vista que estamos em ano eleitoral.

O conhecimento adquirido no curso pode ser aplicado para melhorar os serviços prestados à comunidade durante os processos eleitorais, garantindo eleições mais transparentes e eficazes.

A participação em treinamento como esse, específico, é necessária pois o servidor atua como Coordenador Geral da Câmara Municipal, para que o servidor possa atuar em certas funções durante as eleições, visando aprimorar e fortalecer seu papel nas atividades eleitorais.

Participar do curso oferece a oportunidade de interagir com outros profissionais da área, trocar experiências e estabelecer contatos que podem ser benéficos para futuras colaborações e aprendizado contínuo.

A participação no curso de atos eleitorais, trará experiência que contribuirá, não apenas para o desenvolvimento pessoal, mas também para o cumprimento eficaz das responsabilidades institucionais relacionadas às eleições.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A presente contratação tem fundamento no Termo de Formalização de Demanda Nº 49/2024 os quais fazem parte integrante desse processo de contratação.

3.2. Contratação de empresa para prestar o serviço de transporte ida e volta trajeto Sinop x Cuiabá. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas, tem natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser

objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Resolução Municipal nº 07/2023.

4. DO VALOR

4.1. A Estimativa da contratação se dará por menor valor global dos orçamentos recebidos via e-mail da Câmara Municipal.

4.2. Assim sendo, vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto na RESOLUÇÃO MUNICIPAL Nº 002/2023, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Santa Carmem, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

4.3. O valor global a ser pago pela execução do objeto da presente contratação será conforme consta na proposta vencedora da licitação, aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

5. DO RECURSO A SER UTILIZADO

5.1. As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
01	01.01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.33.00.00

6. DA ENTREGA, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

6.1. Aplicam-se ao presente contrato os seguintes prazos:

I - A CONTRATADA deverá iniciar a entrega/execução de forma imediata;

6.2. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias da prestação do serviço.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. São obrigações da CONTRATADA:

I - Executar a os serviços observando fielmente as disposições contidas em edital e em contrato, bem como nos termos da sua proposta;

II - Indicar preposto para ser seu representante durante a execução do presente contrato;

III - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem

como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

IV - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados utilizados na prestação do serviço, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

V - Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

VI - Observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis à execução dos serviços, visando sua perfeita execução.

VII - Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

VIII - Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução dos serviços;

IX - Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, os serviços efetuados em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço contratado;

X - Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e em contrato.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da CONTRATANTE:

I - Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA referente aos serviços executados, nos termos do presente instrumento;

II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

III - Determinar as providências necessárias quando os serviços não estiverem sendo realizados na forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções pertinentes, quando for o caso;

IV - Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos

serviços objeto desse contrato.

9. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor contratado será selecionado considerando a proposta de menor valor global.

10. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Será exigida, como requisito de habilitação nesta dispensa, a apresentação dos seguintes documentos:

10.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual (contrato social);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) (Cartão CNPJ);

10.1.2. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- b) Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa).
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

10.1.3. REGULARIDADE TRABALHISTA:

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Fica responsável pela fiscalização e acompanhamento do presente contrato, a servidora **Srª. Elizabete Josefina Lermen Weber** como FISCAL e

Sr^a. Elisangela Manerich Schmidt como SUPLENTE.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

12.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação.

12.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

12.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Sinop para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Santa Carmem/MT, 28 de Junho de 2024.

Giovana Loretto Kappes

Agente de contratação

Elizabete Josefina Lermen Weber

Fiscal

Elisangela Manerich Schmidt

Suplente